

A viagem de “O Capa Branca”

Neste artigo você conhecerá a trajetória por trás do livro que narra as memórias do atendente de enfermagem que se tornou paciente de um dos maiores hospitais psiquiátricos do Brasil, instalado em Franco da Rocha, município da região metropolitana de São Paulo, e que ainda carrega o estigma de “cidade dos loucos” por abrigar uma das maiores instituições psiquiátricas do Brasil, o Juquery. Para escrever “O Capa-Branca - de funcionário a paciente de um dos maiores hospitais psiquiátricos do Brasil”, o autor precisou ir para lá uma, duas, três, na verdade inúmeras vezes. De volta a São Paulo, muita gente perguntava o que ia fazer lá, mas nem esperava resposta: afirmava categoricamente que o autor estava louco e não voltaria de lá nunca mais.

Há pouco mais de dois anos, entrei em um táxi e a motorista se espantou quando eu disse que precisava ir a Franco da Rocha. Assim como outras pessoas que cruzaram meu caminho até aquele dia, ela, sem cerimônia alguma, quis saber o que eu estava indo fazer em um lugar que, segundo ela, só tinha gente doida e encheite. Como a viagem duraria cerca de uma hora, se o trânsito colaborasse, comecei a contar os motivos que me levaram a visitar a cidade pela primeira vez e que até hoje me fazem ir até lá. E, a partir desse ponto, também vou compartilhá-los com vocês, leitores e leitoras da Revista Expressão e, mais do que isso, revelarei como um encontro improvável deu origem ao livro “O Capa-Branca – de funcionário a paciente de um dos maiores hospitais psiquiátricos do Brasil” (Editora Terceiro Nome, 2014).

Tudo começou em 7 de junho de 2007, feriado de Corpus Christi, quando vi pela primeira vez Walter Farias, um atendente de enfermagem aposentado, no programa “Casos de Família”. Como estava com o controle remoto na mão, eu poderia ter mudado de canal a qualquer momento, mas a apresentadora Regina Volpato o anunciou como um ex-funcionário que tinha se tornado paciente do Juquery, e por causa dessa informação acompanhei a entrevista até o final.

Walter contou que, depois de sua aprovação no concurso público para atendente de enfermagem, em 1972, foi designado para cuidar de pacientes acamados ou que perambulavam, alheios à realidade, pelos corredores das clínicas do Hospital Psiquiátrico. Mas sua vida virou de cabeça para baixo quando foi transferido repentinamente para o Manicômio Judiciário, onde passou a conviver com internos que cometeram

crimes, alguns deles violentos e com requintes de crueldade. Essa nova rotina abalou sua sanidade e o obrigou a abandonar sua capa branca, o jaleco que os funcionários vestem para trabalhar. Não havia outra alternativa a não ser se internar na mesma instituição onde trabalhava. Ao se tornar mais um paciente do Juquery, passou a sentir na pele os horrores do local que abrigou, segundo números oficiais, quase o dobro das 9 mil pessoas que tinha condição de comportar. No início dos anos 1980, recebeu alta e se aposentou por invalidez.

AUTOR

Daniel Navarro Sonim

Jornalista e escritor, mantém o *blog* Menos Lixo, Por Favor!, que traz dicas para a adoção de um estilo de vida mais sustentável.



Daniel Navarro Sonim



Walter Farias

Claro que seu relato não foi exatamente assim. Depois de tantos anos, eu me esqueci de alguns detalhes da entrevista mas, dessa forma, chamei a atenção da taxista e espero estar chamando sua atenção também. Ainda tínhamos muitos quilômetros pela frente, o trânsito na saída de São Paulo estava terrivelmente carregado e a taxista queria que eu continuasse o relato que estava apenas no começo.

Ainda naquela tarde, de junho de 2007, antes da entrevista acabar, Walter Farias também disse que passava o dia e a noite trancado no seu quarto compondo músicas e escrevendo suas memórias, mas alguns vizinhos e amigos achavam que ele estava perdendo tempo, porque ninguém se interessaria em ler as histórias de um louco que morava em Franco da Rocha. A apresentadora então perguntou o que faltava para que essas memórias se tornassem um livro. Walter respondeu que precisava de alguém que o ajudasse. Como tinha estudado pouco, não possuía condições de concluir o projeto. Nesse instante, percebi que poderia ajudá-lo, então enviei um e-mail à produção do programa, que poucos dias depois nos colocou em contato, e o encontro, que até então parecia improvável, concretizou-se.

Apesar de eu ser jornalista, naquela época eu não estava exercendo a profissão, mas dava aulas de francês e de italiano em uma escola de idiomas no centro de São Paulo. E foi lá que conversamos pela primeira vez, por mais de duas horas. No final do encontro, ele me entregou três folhas manuscritas com breves descrições de alguns pacientes do Juquery. Caso eu considerasse os relatos interessantes, ele me garantiu que mandaria muito mais pelo correio.

É claro que eu me interessei, e não demorou muito para eu receber o restante dos manuscritos. A primeira providência foi digitar tudo para criar um *backup* e começar a organizar os relatos em ordem cronológica. Conservo até hoje com muito cuidado o calhamaço com cerca de 60 folhas sulfite preen-

chidas à caneta. Concluída essa etapa, decidimos que as memórias seriam divididas em três partes principais: o trabalho no Hospital Psiquiátrico, a transferência para o Manicômio Judiciário e o período como paciente. Até concluirmos a obra, foram mais de cinco anos de trabalho que envolveram trocas de correspondência – durante o período em que me mudei de São Paulo e morei em Fortaleza –, idas a Franco da Rocha e ao Juquery – o Walter foi meu guia e me mostrou os locais nos quais trabalhou e sobreviveu como paciente –, visitas à casa dele – onde, além de entrevistá-lo, escrevíamos e revisávamos juntos os textos.

Em 2013, finalmente, colocamos um ponto final na história. Porém, essa decisão não foi tão fácil porque, se dependesse do Walter, “O Capa-Branca” não teria sido concluído até hoje. Além de o Juquery reunir mais de um século de memórias, depois do lançamento do livro e até hoje o Walter se lembra de histórias que renderiam outros capítulos. Aliás, um dos maiores desafios para mim foi acessar e organizar as memórias dele, que surgiam de forma desordenada e quando eu menos esperava.

Tínhamos uma história completa – com começo, meio e fim –, mas ainda faltava uma editora que acreditasse no nosso projeto, principalmente porque éramos autores desconhecidos e o mercado editorial brasileiro, há muito tempo, está em crise. O apoio de futuros leitores crescia a cada dia na pági-



na que criamos no Facebook – www.facebook.com/ocapabranca –, que conta atualmente com cerca de 4 mil seguidores. Enquanto isso, passei a colecionar uma infinidade de respostas negativas. Mas, em fevereiro de 2014, quando a frustração tinha atingido níveis intoleráveis, criei um projeto de financiamento coletivo que levantou a maior parte dos recursos necessários para a publicação de “O Capa-Branca”. Além dos financiadores que, sem ter o livro na mão, confiaram em nós e na nossa ideia, conseguimos atrair fãs que colaboraram com o projeto sem cobrar nada. A designer Jussara Fino desenvolveu o projeto gráfico; Fábio Bonillo, que traduziu o romance “Os Luminares”, de Eleanor Catton, vencedora do *Man Booker Prize*, em 2013, se encarregou da preparação do texto; e Delfin, do Studio DelRey, fez a ilustração da capa. A Editora Terceiro Nome, atenta ao projeto de financiamento coletivo, decidiu publicá-lo e só precisou pagar a revisão final. Os recursos do financiamento coletivo garantiram o pagamento, entre outras despesas, da impressão da primeira tiragem, a parte mais dispendiosa na publicação de qualquer livro que tem a pretensão de ser comercializado nas livrarias de todo o país. Desde o lançamento, em novembro de 2014, “O Capa-Branca” pode ser encontrado em lojas físicas e virtuais, tanto no formato impresso quanto em *e-book*.

Nessa altura da jornada, que comecei a trilhar com Walter ainda em julho de 2007, estava comprovado que aqueles vizinhos e amigos, que achavam que

ele estava perdendo tempo porque ninguém se interessaria em ler as histórias de um louco que morava em Franco da Rocha, estavam equivocados, porque “O Capa-Branca” não ficou restrito às livrarias. As memórias do funcionário que se tornou paciente do Juquery saíram na imprensa tanto no Brasil como no exterior. Vale a pena ressaltar as resenhas nos jornais *Clarín* (Argentina), *Le Monde*, *Diplomatique* Brasil, Revista do CRP/SP e Portal do Coren/MG, além de matérias na TV Globo, RedeTV!, rádio CBN, portal iG e Vice.

Além da repercussão na imprensa, há mais de cinco anos apresento as histórias do livro, ao lado de Walter, em universidades, congressos, escolas, hospitais e Centros de Atenção Psicossocial (Caps) em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Rondônia, além do Distrito Federal. Nosso trabalho recebeu o primeiro reconhecimento no exterior em 2015, ao ser escolhido para integrar os acervos da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (*The Library of Congress*) e da Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos (*National Library of Medicine*).

Em 13 setembro de 2019, a edição em espanhol do livro foi lançada na Argentina pela editora *Topía*. Antes da costumeira sessão de autógrafos, participamos de uma mesa redonda sobre a obra na Universidade Nacional de Rosario. O evento fez parte da programação do *3er Encuentro Latinoamericano y del Caribe de Derechos Humanos y Salud Mental*. Ao



atravessar a fronteira, a obra ganhou o título de “Atrapado en la locura – de enfermero a paciente en un hospital en Brasil”, e foi traduzido por Fátima França, psicóloga formada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que tem sua trajetória ligada à saúde mental e à psiquiatria, e conta com o prefácio assinado pelo sanitarista Paulo Amarante, um dos pioneiros do movimento da reforma psiquiátrica no Brasil.

Eu tinha contado muitas coisas a respeito da trajetória do livro e a taxista já tinha entendido por que eu estava acostumado a ir a Franco da Rocha, mas ela também queria saber como, quando e por que o Juquery tinha surgido e se ainda existia. Afinal, sem ele, o livro não existiria. A história dessa instituição começou na segunda metade do século 19, quando os locais reservados ao atendimento de doentes mentais na capital e no interior de São Paulo já não conseguiam comportar os pacientes que abrigavam nem aqueles que chegavam dia após dia.

Para aliviar essa superlotação, e com o propósito de se tornar um centro de estudos psiquiátricos e de pesquisas científicas, em 1895 começou a construção, com projeto do arquiteto Ramos de Azevedo, da Colônia Agrícola Juquery, em uma área de 600 mil metros quadrados, distante cerca de 50 quilômetros do centro da capital, próximo à estação de trem Juquery, no então município de Mairiporã. Franco da Rocha se tornaria município apenas em 30 de novembro de 1944, quando houve sua emancipação.

No final do século 19, a população da capital paulista crescia vertiginosamente, acompanhando o acelerado desenvolvimento da indústria e a chegada de imigrantes para trabalhar nas fábricas e nas plantações de café. O projeto satisfazia os apelos da elite paulistana – composta essencialmente por industriais e cafeicultores – e do governo do estado de São Paulo, que viu, logo no início, a diminuição dos gastos públicos. O Juquery também estava de acordo com os princípios da política higienista de controle social e segurança ao neutralizar os indivíduos que atrapalhavam o desenvolvimento econômico, como mendigos, prostitutas, sífilíticos, pessoas com deficiência mental ou física e alcoólatras. A instituição, além de promover a disciplina e a moralidade através do trabalho, interrompia a reprodução de seres considerados inferiores, como escravos libertos e alguns grupos de imigrantes europeus, que impediam o avanço de raças “superiores”.

O psiquiatra paulista Francisco Franco da Rocha inaugurou, em 18 de maio de 1898, o Asylo de Alienados do Juquery que, em 1929, passou a se chamar Hospital e Colônia de Juquery. Suas oito clínicas – quatro femininas e quatro masculinas –, denominadas de Primeira Clínica Masculina, Segunda Clínica Masculina e assim sucessivamente, ofereciam cem leitos em cada, totalizando 800 vagas, que com os passar dos anos se tornaram insuficientes.

Como também havia a necessidade de separar os pacientes criminosos dos comuns, Antonio Carlos Pacheco e Silva, sucessor de Franco da Rocha, fundou em 31 de janeiro de 1933 o Manicômio Judiciário de Franco da Rocha. Atualmente conhecido como Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Professor André Teixeira Lima, surgiu com o objetivo de abrigar pessoas que cometeram delitos e estão sob custódia da justiça como inimputáveis, ou seja, aqueles que não podem ser responsabilizados nem condenados porque não têm condições psíquicas de compreender nem reconhecer seus atos transgressores.

Em 1934, o manicômio recebeu a primeira turma de 150 criminosos doentes mentais. O jardineiro austríaco, de 21 anos, Wilhelm Holtezmann possui o registro de paciente no 1. Depois de um ataque de psicose aguda, ele assassinou um amigo a coronhadas de uma garrucha em um baile de carnaval. Projetado com 420 leitos, o Manicômio Judiciário chegou a confinar 1.800 pessoas.

No final da década de 1940 e principalmente nas décadas de 1960 e 1970, a crescente superlotação deu início à agonia do Juquery. Os pacientes que chegavam aos montes, vindos da capital, do interior de São Paulo e até de outros estados eram submetidos a tratamentos que prometiam a cura, mas apenas promoviam dor e sofrimento. A violência e a violação dos direitos básicos dos pacientes faziam parte da rotina. As medicações, banhos frios, surras e o eletrochoque serviam como ferramentas de contenção e disseminação do medo. Os funcionários possuíam pouca instrução e, infelizmente, ocorriam excessos sem qualquer tipo de critério que levasse em consideração o bom-senso e a integridade física e mental de ninguém.

Segundo informações do governo do estado de São Paulo, em suas clínicas e colônias, cada uma mais afastada do Hospital Central, o Juquery recebeu cerca de 18 mil pacientes, operando com o dobro de sua capacidade. Muitos funcionários da época, inclusive, afirmam que esse número, na verdade, não corresponde à realidade, podendo alcançar cifras muito superiores.

O número exato nunca poderá ser contabilizado porque dois anos antes de eu conhecer o Walter, em 2005, um incêndio atingiu o setor administrativo do prédio do Hospital Psiquiátrico. Seis horas de fogo destruíram o edifício de dois andares, tombado pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), sua biblioteca – a mais completa em livros e periódicos de psiquiatria da metade do século 19 até metade do século 20 – e os prontuários dos

pacientes do início da década de 1950 até 2005.

Em meio às cinzas se salvou uma das cartas que o doutor Osório César, um dos diretores do Juquery, recebeu de Sigmund Freud, que dispensa apresentações. Nela, Freud elogia um projeto descrito por César como uma área de campo na qual a agricultura seria empregada para o tratamento dos pacientes. Do edifício sobraram apenas as estruturas e uma parte da cobertura do piso inferior em uma de suas laterais. O prédio havia acabado de ser restaurado, com reformas do telhado, do piso, vitrais e da estrutura elétrica.

Quando eu visitava as clínicas do Hospital Psiquiátrico na companhia do Walter, ainda em 2008, enquanto caminhávamos pelos corredores dos prédios de paredes amareladas, percebia que ele olhava para tudo aquilo com melancolia e tristeza. O mato tinha tomado conta dos pátios e dos jardins, antes muito bem cuidados. As clínicas e as colônias psiquiátricas estavam desertas e abandonadas. No início dos anos 1980, com o início do processo de desativação, os pacientes foram remanejados para outras instituições no estado de São Paulo ou seguiram para residências terapêuticas. Alguns voltaram a conviver com seus familiares. Em dezembro de 2019, ainda restavam 57 pacientes no Juquery, todos sobreviventes de uma época marcada por internações psiquiátricas de longa duração, ou melhor, sem duração determinada.

Muita gente não saiu do Juquery com vida. Ainda em 1992, dois livros com os nomes de 12.500 pacientes mortos entre 1965 e 1989 fo-

ram entregues a uma comissão parlamentar da Assembleia Legislativa de São Paulo. Com base nas informações contidas nesses livros, os parlamentares estimaram que 61 mil pessoas teriam morrido no hospital entre 1898 e 1991. Trata-se apenas de uma estimativa porque outros livros teriam sumido em um incêndio ocorrido antes daquele de 2005. Desse total, cerca de 30 mil teriam sido enterrados no cemitério do Juquery. Ainda haveria nas covas aproximadamente 7 mil adolescentes, crianças e natimortos, além de um grande número de membros amputados, como pernas e braços.

As páginas de “O Capa-Branca” reconstroem a trajetória de Walter Farias e retratam o Juquery a partir de suas experiências pessoais, mas imagine quantas histórias foram perdidas e nunca mais poderão ser levadas a público. São memórias que viraram cinzas ou se apagaram com o tempo. Indivíduos que tiveram sua existência varrida da face da Terra para sempre. Apesar de tudo, as memórias de Walter Farias, assim como de outros pacientes e de outros funcionários, por mais terríveis que possam parecer, devem ser levadas a público para que não se repitam. Assim, podemos tentar construir um presente e um futuro sem os equívocos cometidos no passado, nessa e em outras instituições psiquiátricas do Brasil e do mundo.

Depois de quase duas horas, finalmente chegamos a Franco da Rocha. Antes de eu sair do carro, a taxista pegou seu celular para curtir a página de “O Capa-Branca” no Facebook e fez questão de comprar um livro. Naquela ocasião, eu estava a caminho de Franco da Rocha para apresentar uma palestra com o Walter na Secretaria Municipal de Saúde, então eu tinha alguns exemplares comigo. Uma semana depois, ela mandou uma mensagem e a conversa sobre as histórias do Juquery e “O Capa-Branca” continuaram, assim como poderá seguir adiante com você, caro leitor, cara leitora, que leu esse artigo até o fim.



Daniel Navarro Sonim, Dulce Mara Gaio, Angelita Visentin e Graciela Sanjutá Soares Faria durante palestra online para o UniBrasil